

## DISTRIBUIDORA DE ÁGUA CAMAÇARI S.A.

CNPJ/MF nº 01.944.031/0001-63

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO					Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)			Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)		
Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Camaçari, 28 de março de 2026. <b>A Administração.</b>										
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)										
	2025	2024	Passivo Circulante	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	
<b>Ativo Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.224	37.852		9	11.245	14.449			
Aplicações financeiras	4	44.208	6.003		10	9.952	17.160			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	5	13.519	17.994			5.834	5.287			
Ativo de contrato					11	2.287	2.951			
Tributos a recuperar	6	799	650			178	178			
Imposto de renda e contribuição social		1.376	1.001		15	16.902	13.166			
Estoques	7	6.362	5.686		14	-	48			
Outros ativos		1.137	1.237		17	2.256	1.450			
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>101.625</b>	<b>71.410</b>			<b>682</b>	<b>653</b>			
<b>Não Circulante</b>										
Caixa restrito	4	-	13.540			<b>49.936</b>	<b>55.460</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	2.376	12.291		10	39.417	46.316			
Tributos a recuperar	6	1.473	1.092		11	600	600			
Outros ativos		198	-		17	625	1.262			
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>4.047</b>	<b>26.923</b>			<b>40.842</b>	<b>48.178</b>			
Imobilizado	8	164.392	151.167			<b>90.578</b>	<b>103.638</b>			
Direito de uso	17	2.698	2.650		15	42.630	42.630			
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>167.680</b>	<b>153.847</b>			<b>140.144</b>	<b>105.912</b>			
<b>Total do Ativo</b>		<b>273.352</b>	<b>252.180</b>			<b>273.352</b>	<b>252.180</b>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.										
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)										
	Capital social	Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total				
<b>01 de janeiro de 2024</b>	42.630	40.409	8.526	36.969	-	128.534				
Dividendos intermediários	-	-	-	(36.969)	(36.969)	-				
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	70.143	70.143				
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(13.166)	(13.166)				
Constituição de reservas	-	-	-	-	39.499	39.499				
<b>31 de dezembro de 2024</b>	42.630	57.887	8.526	39.499	-	148.524				
Dividendos intermediários	-	-	-	-	90.634	90.634				
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(16.902)	(16.902)				
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(7.322)	(7.322)				
Constituição de reservas	-	-	-	-	50.707	50.707				
<b>31 de dezembro de 2025</b>	42.630	80.911	8.526	50.707	-	182.774				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.										
Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)										
<b>1 Contexto operacional</b>										
A Distribuidora de Água Camaçari S.A. (DAC) é controlada pela Cetrel S.A., tem como objetivo social a atividade de captação, tratamento e distribuição de água, produzindo Água Clorada, Potável e Desmineralizada, conforme especificação estabelecida, as quais estão submetidas aos condicionantes da licença de operação perante a Portaria INEMA nº 27.186/22. A Companhia atende às indústrias do Polo Industrial de Camaçari, no Estado da Bahia, tendo como seu principal cliente a Braskem S.A. ("Braskem"), cujo contrato tem prazo de 35 anos, contados a partir de março de 2013. <b>1.1. Base de preparação</b> - Declaração de conformidade com as práticas adotadas no Brasil - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 25 de março de 2026. Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 2. <b>1.2. Base de mensuração</b> - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo em cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais. <b>1.3. Moeda funcional</b> - Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. <b>1.4. Uso de estimativas e julgamentos</b> - A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes nas demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras informações fortes de incerteza em estimativas na data de balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, nas seguintes notas explicativas: <b>Nota Explicativa nº 16 (a) - Receita</b> : reconhecimento de receita; se a receita de produto é reconhecida em um momento específico no tempo; <b>Incerteza sobre premissas e estimativas</b> - As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de curto prazo; <b>Nota Explicativa nº 16 (b) - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos</b> : reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; <b>Mensuração do valor justo</b> - Os valores justos são apurados para propósito de mensuração/observação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa as divulgações de passivos contingentes em valores justos possíveis e ativos classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações ( <i>inputs</i> ) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: <b>Nível 1</b> : preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. <b>Nível 2</b> : <i>inputs</i> , exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivados observáveis). <b>Nível 3</b> : <i>inputs</i> para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis. As informações fortes de incerteza nas estimativas nas demonstrações financeiras utilizadas nas seguintes notas explicativas: <b>Nota Explicativa nº 13 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos</b> : reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; <b>Mensuração do valor justo</b> - Os valores justos são apurados para propósito de mensuração/observação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa as divulgações de passivos contingentes em valores justos possíveis e ativos classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações ( <i>inputs</i> ) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: <b>Nível 1</b> : preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. <b>Nível 2</b> : <i>inputs</i> , exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivados observáveis). <b>Nível 3</b> : <i>inputs</i> para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis. <b>2 Políticas contábeis materiais</b>										
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. <b>2.1. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas</b> - Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação das demonstrações contábeis: <b>IFRS 16 - Apresentação da liquidação das Demonstrações Contábeis</b> : O IFRS 16 substitui a Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. <b>A)</b> As entidades são obrigadas a classificar todas receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações de ativos e passivos e de outros. <b>B)</b> As demonstrações contábeis devem apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. <b>B1)</b> As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. <b>C)</b> Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar os fluxos de caixa operacionais. <b>D)</b> As demonstrações contábeis da Companhia ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente em relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". <b>B - Outras Normas Contábeis</b> - Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: <b>Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7)</b> ; <b>Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)</b> . <b>2.2. Instrumentos financeiros - 2.2.1. Reconhecimento, classificação e mensuração</b> - A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, e mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundos restritos e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures. <b>(i) Desreconhecimento</b> - A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: - Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou - Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa do ativo financeiro; ou - A transferência do ativo financeiro é substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado. <b>(ii) Compensação</b> - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicado de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. <b>2.3. Fundos restritos</b> - Os fundos restritos representam depósitos bancários, tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures e contratos de financiamentos. <b>2.4. Imobilizado</b> - O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrangido: o preço de aquisição e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Na data-base de 31 de dezembro de 2023, a Companhia revisou a estimativa de vida útil de seus ativos imobilizados, resultando em uma redução geral das taxas de depreciação utilizadas. Essa revisão foi motivada pelo prolongamento da vida útil econômica dos ativos. Para embasar essa análise, foi contratada uma empresa especializada, que emitiu um laudo de avaliação. O laudo considerou diversos fatores relevantes, como: planejamento operacional da Companhia para os próximos anos; histórico de performance dos ativos; plano de manutenção e utilização dos bens; tecnologias disponíveis no mercado; renovações/melhorias das facilidades; taxas de depreciação de ativos similares em outros empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia revisou a área técnica interna, corroborou as vidas úteis atualmente aplicadas. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidos", na demonstração do resultado. Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto, todos os gastos com materiais, mão de obra direta e gastos com instalação, até o momento em que os bens entram em operação, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para a Companhia. <b>2.5. Redução ao valor recuperável (impairment) - (i) Ativos financeiros não-derivativos</b> - A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas em relação a receber de clientes são mensuradas a valor justo líquido a perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, quando identificado algum risco significativo que impacte a avaliação da administração sobre a perda esperada dos valores a receber, de acordo com análise individualizada por título ou cliente, e contabilizada provisão para perda. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que sejam relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia avalia a perda esperada de crédito de liquidação por cliente, com base em análises individual dos títulos emitidos, recebidos, através no recebimento, perdas efetivas por não recebimento, e estabelece os percentuais de risco de recebimento de acordo com o <i>aging list</i> . O cálculo de provisão adotado é resultado do estudo do comportamento de recebimento dos títulos no período histórico analisado de três anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica pela Companhia em seus clientes, com base na eficiência da cobrança adotada pela Companhia no ano de 2025. <b>(ii) Ativos não-financeiros</b> - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor										
<b>contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que refleta o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em que o comprador não possui alternativas de risco, concededoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.</b>										
<b>2.6. Benefícios a empregados</b> - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas contábeis registradas tendo como base os melhores estimativos do risco pelo valor esperado a ser pago caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. <b>2.7. Provisões</b> - Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base os melhores estimativos do risco envolvido. <b>2.8. Patrimônio líquido - 2.8.1. Capital social</b> - Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado para distribuição aos acionistas em Assembleia Geral. <b>2.8.2. Reserva de incentivo fiscal</b> - O benefício é reconhecido quando comprovada razoável segurança de que a Companhia cumpre todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção, no período que a subvenção será realizada conforme normas vigentes. <b>2.8.3. Reserva legal</b> - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de capital em excesso a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital. <b>2.8.4. Retenção de lucros</b> - De acordo com a legislação societária, parcelas do lucro líquido do exercício não destinadas à distribuição aos acionistas ou a outras contas reserva devem ser destinadas à conta de retenção de lucros. <b>2.8.5. Receita de contrato com cliente</b> - A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle do produto para o cliente. Os clientes obtêm controle do produto no momento que os medidores reconhecem o uso. A receita compreende a captação e o tratamento da água bruta e a distribuição das utilidades: água clorada, desmineralizada, potável e industrial, conforme especificação estabelecida. As utilidades são distribuídas pela Companhia via tubovia para as empresas interligadas ao seu sistema. A receita é representada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando mensura o consumo de clientes em instrumentos medidores de volume e relaciona aos preços unitários (R\$/m³) de cada cliente. O valor pode ser apurado com segurança, devido ao acompanhamento das leituras programadas pela Companhia na presença do cliente e a verificação, calibração e validação dos instrumentos medidores de volume de forma periódica. <b>2.10. Receitas financeiras e despesas financeiras</b> - As receitas e despesas financeiras da Companhia são reconhecidas no momento em que os instrumentos financeiros líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. <b>2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos</b> - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. <b>(i) Receita de imposto de renda</b> - A receita de impostos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. <b>(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente</b> - A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia possui o benefício de redução de imposto de renda e adicional não restituível em 75% da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 2023 a 2032. Ante o exposto, a Companhia constituiu o benefício no montante de R\$ 17.566 no exercício de 2025. O benefício é reconhecido quando comprovada razoável segurança de que a Companhia cumpre todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção, no período que a subvenção será realizada conforme normas vigentes e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados. No que tange ao diferido passivo, a Administração da Companhia reconhece os encargos tributários incidentes sobre o lucro líquido do exercício em 31 de dezembro de 2008, em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido, e desde essa data vem realizando a reserva, conforme realização dos ativos reavaliados. A Companhia registrou ainda imposto de renda e contribuição social diferidos sobre saldo de diferenças temporárias e ajustes decorrentes da aplicação da Lei nº 11.638. <b>2.12. Arrendamento</b> - No início do contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o controle do ativo de um período em um período para o arrendatário em troca de contraprestação. <b>(i) Como arrendatário</b> - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e o valor justo de qualquer pagamento de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde o arrendamento, menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas reavaliações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. <b>2.13. Subvenção e assistência governamental</b> - Subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. As subvenções relacionadas a ativos são reconhecidas no resultado como "Outras receitas", em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como "Outras receitas" em uma base sistemática durante o período em que as despesas correlatas são registradas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. <b>3 Gestão de risco financeiro</b>										
<b>3.1. Fatores de risco financeiro - Considerações gerais</b> - A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fundos restritos, partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e debêntures. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A Administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que busca minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade do seu patrimônio. <b>Risco de crédito</b> - A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está submetida e se sujeita no curso de seus negócios. Afim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber, a Companhia adota práticas de avaliação de crédito previstas em seu procedimento de crédito e cobrança. A administração considera informações razoáveis e passíveis de suporte que sejam relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia avalia a perda esperada de crédito de liquidação por cliente, com base em análises individual dos títulos emitidos, recebidos, através no recebimento, perdas efetivas por não recebimento, e estabelece os percentuais de risco de recebimento de acordo com o <i>aging list</i> . O cálculo de provisão adotado é resultado do estudo do comportamento de recebimento dos títulos no período histórico analisado de três anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica pela Companhia em seus clientes, com base na eficiência da cobrança adotada pela Companhia no ano de 2025. <b>(ii) Ativos não-financeiros</b> - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor										
<b>Receta operacional líquida</b>										
16.a	210.753	191.516			16.a	(85.923)	(91.707)			
<b>Lucro bruto</b>		<b>124.824</b>	<b>99.811</b>			<b>109.584</b>	<b>90.738</b>			
<b>Recargas (despesas) operacionais:</b>										
Gerais e administrativas	16.b	(11.988)	(9.903)			(11.988)	(9.903)			
Perdas por redução ao recuperável de contas a receber	16.b	(4.463)	(160)			(4.463)	(160)			
Outras recargas operacionais	16.b	1.211	990			(1.211)	(990)			
		<b>(15.240)</b>	<b>(9,073)</b>			<b>(15.240)</b>	<b>(9,073)</b>			
<b>Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>109.584</b>	<b>90.738</b>			<b>109.584</b>	<b>90.738</b>			
Recargas financeiras	16.c	7.837	6.841			7.837	6.841			
Despesas financeiras	16.c	(7.544)	(11.736)			(7.544)	(11.736)			
		<b>293</b>	<b>(4.895)</b>			<b>293</b>	<b>(4.895)</b>			
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>109.877</b>	<b>85.843</b>			<b>109.877</b>	<b>85.843</b>			
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(9.328)	(6.600)			(9.328)	(6.600)			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(9.915)	(9.100)			(9.915)	(9.100)			
		<b>(19.243)</b>	<b>(15.700)</b>			<b>(19.243)</b>	<b>(15.700)</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>90.634</b>	<b>70.143</b>			<b>90.634</b>	<b>70.143</b>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.										
Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)										
	Controladora	2025	2024		Controladora	2025	2024			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>90.634</b>	<b>70.143</b>			<b>90.634</b>	<b>70.143</b>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.										
<b>Passivos financeiros</b>										
Fornecedor		14.449	14.449			14.449	14.449			
Passivo de arrendamento		1.925	1.925			1.925	1.925			
Debêntures		63.476	35.847			37.952	32.952			
		<b>79.850</b>	<b>52.221</b>			<b>52.221</b>	<b>49.326</b>			
<b>Análise de sensibilidade - taxa de juros</b> - Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário para as taxas de juros às quais a Companhia está exposta. A Administração considerou cenários positivos e negativos com variação de 15%.										
<										

## DISTRIBUIDORA DE ÁGUA CAMAÇARI S.A. CNPJ/MF nº 01.944.031/0001-63

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido existente, conforme estimativa a seguir:

	2025	2024
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	687	1.188
Ativo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	3.841	3.050
	<u>4.528</u>	<u>14.238</u>

Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:

2025	-	11.188
2026	687	1.054
2027	-	-
2028	-	-
Demais anos (i)	3.841	1.996
	<u>4.528</u>	<u>14.238</u>

(i) Trata-se de saldo de adições temporárias de provisão de gastos. Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição, limitado a 30% do lucro tributável, conforme legislação fiscal vigente. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

	Reconhecido na demonstração do resultado		Reconhecido em contas patrimoniais (ii)		Reconhecido na demonstração do resultado	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
<b>Ativo fiscal diferido</b>						
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	23.008	(8.654)	(2.112)	12.242	(11.562)	680
Provisões	2.183	(187)	-	1.996	1.852	3.877
	<u>25.191</u>	<u>(8.841)</u>	<u>(2.112)</u>	<u>14.238</u>	<u>(9.710)</u>	<u>4.528</u>
<b>Passivo fiscal diferido</b>						
Depreciação <sup>(i)</sup>	(1.688)	(259)	(1.947)	(205)	(2.152)	(2.152)
	<u>23.503</u>	<u>(9.100)</u>	<u>(12.291)</u>	<u>(9.915)</u>	<u>3.877</u>	<u>2.376</u>

(i) Diferença de taxa de depreciação adotada pela Companhia com relação à taxa fiscal definida em normas vigentes.

## 14 Provisões

a. Passivo ambiental	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>48</b>
(-) Reversão de provisão	(35)
(-) Utilização da provisão	(13)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>-</b>

**b. Contingências - Causas possíveis** - A Companhia possui outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa. Em 31 de dezembro de 2024, esses processos de perdas possíveis somam o montante de R\$ 147.451 (2024 - R\$ 147.861), conforme composição e estimativa a seguir:

Natureza	2025	2024
Tributário (i)	158.648	147.306
Civil	-	-
Trabalhista	555	555
	<u>159.203</u>	<u>147.861</u>

(i) **IR e CSL - Encargos de amortização de ágio** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, em junho de 2021, pela dedução de encargos de amortização fiscal de ágios originados de aquisições de participações societárias ocorridas em 2012. A Administração, baseada em sua avaliação e dos assessores jurídicos externos da Companhia, estima que são possíveis as chances de perda desses processos, visto que as participações societárias foram adquiridas (i) por valor determinado em condições de livre mercado, (ii) com efetivo pagamento e (iii) propósito negocial decorrente da alocação de ativos de tratamentos de efluentes e resíduos em segmento ambiental. Os processos estão pendentes de julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2025, os valores atualizados dessas demandas somam R\$ 158.648. Em razão do art. 14, da Lei nº 14.689/2023, que determinou o cancelamento do montante de multa em autuação fiscal que exceda 100% do valor do crédito tributário, inscrito ou não em dívida ativa da União o valor classificado anteriormente como possível e restou como remoto foi de R\$ 25.905.

## 15 Patrimônio líquido

**a. Capital social** - Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 42.630, representado por 20.396.249 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	% de participação		Capital Social		Quantidade de ações	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cetrel S.A.	100	100	42.630	42.630	20.396.249	20.396.249
			<u>42.630</u>	<u>42.630</u>	<u>20.396.249</u>	<u>20.396.249</u>

**b. Reserva de incentivo fiscal** - No final do exercício de 2018, o Conselho Deliberativo do Desenvolve concedeu os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve), durante 12 anos, a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme Resolução nº 169/2018. Esse benefício resultou na constituição de Receita de Subvenção Desenvolve (reinvestimento) no montante de R\$ 5.459 (2024 - R\$ 4.006). Adicionalmente, pautado no Benefício de Redução de Imposto de Renda e adicional oportunizado pela SUDENE, tratado na Nota Explicativa nº 2.12, resultou na constituição de Receita de Subvenção no montante de R\$ 17.566 (2024 - R\$ 13.472). **c. Reserva legal** - Em 2021, o saldo desta reserva atingiu 20% do capital social. **d. Retenção de lucros** - De acordo com a legislação societária, parcelas do lucro líquido do exercício não destinadas à distribuição aos acionistas ou a outras contas reservas devem ser destinadas à conta de retenção de lucros. **e. Distribuição de dividendos** - A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da Lei das Sociedades por Ações, no que tange ao disposto no art. 202, é assim demonstrada:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	90.634	70.143
Realização (constituição) de reservas:		
Incentivos fiscais (Nota 16 (b))	(23.024)	(17.478)
	<u>67.610</u>	<u>52.665</u>
	<u>16.902</u>	<u>13.166</u>

Dividendos mínimos obrigatórios - 25%

	2025	2024
<b>Dividendos pagos</b>		
Dividendos retidos ano 2024		13.166
Distribuição da reserva de lucros (dividendos intermediários)		39.499
		<u>52.665</u>

Durante o ano de 2025, a Companhia efetuou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 39.499, com base no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, foi calculado e provisionado o dividendo mínimo obrigatório com base no resultado de 2025 no total de R\$ 16.902.

## 16 Resultado do exercício

**a. Receita líquida de vendas** - A reconciliação das receitas auferidas é como segue:

	2025	2024
<b>Operações</b>		
Receita de vendas	250.898	228.216
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	(45.099)	(40.333)
Receita de Subvenção - Desenvolve	4.954	3.635
	<u>210.753</u>	<u>191.518</u>

## b. Custos e despesas por natureza

Classificadas por natureza:	2025	2024
Pessoal		
Remunerações	(12.217)	(11.804)
Encargos sociais e trabalhistas	(9.026)	(7.978)
Outros benefícios	(7.352)	(6.576)
	<u>(28.595)</u>	<u>(26.358)</u>

Materiais	(214)	(243)
Serviços	(7.470)	(5.596)
Manutenções	(12.590)	(12.698)
Insumos		
Água Bruta	(7.422)	(13.435)
Energia Elétrica	(12.406)	(13.142)
Soda Caustica	(4.798)	(5.168)
Outros insumos e utilidades	(10.720)	(11.704)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(4.463)	(160)
Outros Gastos	(2.960)	(3.712)
	<u>(63.043)</u>	<u>(65.858)</u>

Tributos, taxas e contribuições	(1.084)	(841)
Seguros	(1.477)	(737)
Depreciação e amortização	(8.181)	(7.976)
Outras	1.211	990
	<u>(9.531)</u>	<u>(8.564)</u>

Total	2025	2024
<b>Classificadas por função:</b>		
Custo das mercadorias vendidas	(85.929)	(91.707)
Gerais e administrativas	(11.988)	(9.903)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(4.463)	(160)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.211	990
	<u>(101.169)</u>	<u>(100.780)</u>

c. Resultado financeiro	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	8.092	6.998
Variações monetárias	71	32
Multas por atraso de recebimento	53	79
(-) Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(379)	(268)
	<u>7.837</u>	<u>6.841</u>
Despesas financeiras		
Comissões bancárias	(152)	(498)
Tarifas bancárias	(8)	(29)
Despesas com juros	(7.153)	(8.081)
IOF	(12)	(3.001)
Outras	(219)	(127)
	<u>(7.544)</u>	<u>(11.736)</u>
	<u>293</u>	<u>(4.895)</u>

Resultado financeiro, líquido

## 17 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

	Máquinas e Equipamentos		Instalações	Total
Saldo contábil líquido em 01.01.2025	2.650	-	-	2.650
Transferências	(611)	611	-	-
Adição/baixa de contrato no período - efeito principal	-	57	57	57
Depreciação do período	(7)	(2)	(9)	(9)
<b>Saldo contábil líquido em 31.12.2025</b>	<b>2.031</b>	<b>667</b>	<b>2.698</b>	

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento a valor presente pelas taxas de 10,83% a.a., calculadas considerando a taxa média de empréstimos da Companhia. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo de vida útil dos bens. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado abaixo:

	Total
Reconhecimento inicial em 01.01.2025	1.925
Pagamento parcela do arrendamento no período	(827)
Apropriação juros sobre arrendamento no período	152
Adição/baixa de contrato no período - efeito no principal	57
<b>Saldo contábil líquido em 31.12.2025</b>	<b>1.307</b>
Circulante	682
Não circulante	625

Diretoria	
<b>Ciro Gambi Gouveia</b> - Diretor-presidente	
<b>Rafael Santos Vello</b> - Diretor	
Contador	
<b>Cristiano Vieira Lima</b> - CRC BA - 019680/O-7	

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos administradores da Distribuidora de Água de Camaçari S.A. Camaçari - BA

**Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Distribuidora de Água de Camaçari S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Distribuidora de Água de Camaçari S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita de prestação de serviço** - Veja Nota Explicativa nº 2.9 e 16.a das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria** - Em 31 de dezembro de 2025 as demonstrações financeiras da Companhia incluíam na rubrica de Receita operacional, o montante de R\$ 210.753 mil. As receitas da Companhia são oriundas de prestação de serviços e distribuição de água conforme especificação estabelecida e o reconhecimento é efetuado com base nos serviços

realizados/água distribuída até à data do balanço considerando os serviços prestados/faturados e os serviços prestados porém ainda não faturados. Devido à relevância dos montantes e ao julgamento do reconhecimento da receita de serviço/distribuição de água ser reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo, entendemos que esses é um assunto significativo em nosso trabalho de auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Entendimento sobre o processo e adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia de reconhecimento de receita, especificamente os relacionados ao faturamento dos serviços prestados e à mensuração dos serviços prestados e ainda não faturados (receitas a faturar); - Realizamos procedimentos analíticos substantivos sobre toda a população da receita de serviços prestados e de distribuição de água para avaliar se as obrigações de desempenho são reconhecidas em um único ponto no tempo, se as transações de receita consistentes e rotineiras e se houveram mudança operacional ou contábil significativa durante o ano; - Efetuamos testes documentais, em base amostral, sobre a receita de serviços e de distribuição de água faturadas para corroborarmos se as transações são consistentes com os registros contábeis, confrontando os dados com as respectivas notas fiscais, contrato, boletim de medição e aprovação do cliente para realização do faturamento; - Avaliamos se as divulgações das demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas de prestação de serviços e de distribuição de água e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda

liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção

em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 25 de março de 2026

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC SP-014428/F-7

**Marcelo Pereira Gonçalves**  
Contador CRC 1SP220026/O-3



Assinado Digitalmente por: **EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130 - Em: 31/03/2026**

Certificado emitido por: CN=AC DIGITALSIGN RFB G3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://atarde.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

1074 DAC\_S.A.\_2026.pdf

Código do documento: 1074



### Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130  
Certificado Digital  
E-mail: publicidade@grupoatarde.com.br

### Registro de Eventos:

31 mar 2026, 00:01:00 - UPLOAD

**Documento:** 1074

**Criado por:** Adriano Cardoso de Melo **Email:** adriano.cardoso@grupoatarde.com.br

**DATE\_ATOM:** 2026-03-31T00:01:13-03:00

31 mar 2026, 00:01:13 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

**DATE\_ATOM:** 2026-03-31T00:01:13-03:00

31 mar 2026, 00:01:13 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

**E-Mail:** publicidade@grupoatarde.com.br

**Emissor do Certificado:** CN=EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130,  
OU=videoconferencia, OU=24479762000180, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, L=Salvador, S=BA, O=ICP-Brasil, C=BR

**DATE\_ATOM:** 2026-03-31T00:01:13-03:00

### Hash do documento original:

[SHA256]: b48d808e5988293492ece08f33b5ece5bce4676fd69cfdaf3f89208726c07af7

[SHA512]: 4a7b9732090e42ff65117e91b65032d99dc925ffcccd2324a95df9311512dbcfbc578d0f597c1a35b3a1094201edbe7c20b6684fcf3f784b690baa66c8bb9fa9

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3